



SIMULADO DA 1ª FASE OAB/FGV
IX EXAME DE ORDEM UNIFICADO – Dezembro de 2012
DAMÁSIO NAS FACULDADES – CADERNO EXCLUSIVO TIPO 2

Atenção (para a prova real)

Você está recebendo um caderno de prova do tipo 2. Portanto, verifique se sua folha de respostas é, também, do tipo 1. Verifique se o número deste caderno de provas coincide com o registrado no rodapé de cada página. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.

Informações gerais

- Você receberá do fiscal de sala o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões objetivas formuladas na prova de tipo 1;
 - b) este caderno de prova tipo 1, com o enunciado das 80 (oitenta) questões, sem repetição ou falha, e o questionário de percepção sobre a prova, com 10 (dez) questões objetivas (não constará no simulado).
- Ao receber a folha de respostas você deve:
 - a) conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
 - c) assinar a folha de respostas, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
 - b) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - c) portar aparelhos eletrônicos, tais como bipe, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha ou corretivo de qualquer espécie.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos examinandos na folha de respostas.
- Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do examinando.
- O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas, já incluído o tempo para marcação da folha de respostas.
- Reserve os vinte minutos finais para marcar sua folha de respostas.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas.
- Somente após decorridas duas horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem levar o caderno de questões.
- Somente após decorridas quatro horas do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova levando o caderno de questões.
- Quando terminar sua prova, entregue a folha de respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala.
- Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, devendo testemunhar o lacre da embalagem de segurança pelo fiscal de aplicação, contendo os documentos que serão usados na correção das provas dos examinandos, assinando termo quanto a esse procedimento. Caso algum desses examinandos insista em sair do local de aplicação antes de presenciar o procedimento descrito, deverá assinar termo desistindo do Exame. Caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador da unidade de provas.

Boa prova simulada!

Prof. Darlan Barroso
DIREÇÃO PEDAGÓGICA OAB

Prof. Marco Antonio Araujo Junior
DIREÇÃO PEDAGÓGICA GERAL

Questão 1

Considerando que o advogado “Z”, ao responder pelo cometimento de crime comum, teve decretada a sua prisão preventiva. De acordo com o previsto no Estatuto da Advocacia, pode-se afirmar que:

- A) O advogado, antes de sentença transitada em julgado, tem o direito de ser recolhido preso em sala de Estado Maior devidamente reconhecida pela OAB, exigindo-se a presença de um representante no momento da prisão.
- B) A prisão preventiva do advogado deve ser cumprida em sala de Estado Maior, e, na sua falta, em prisão especial, com instalações e comodidades condignas.
- C) O advogado não deve ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, e, na sua falta, em prisão domiciliar.
- D) A prisão cautelar em sala de Estado Maior é um direito assegurado pelo Estatuto da Advocacia a todos os inscritos na OAB, seja na qualidade de advogado ou de estagiário.

Questão 2

Antacildo, bacharel em direito, devidamente aprovado em Exame de Ordem solicitou a sua inscrição como advogado junto a OAB. No momento da inscrição, foi constatada a sua condenação em crime de estelionato. Sob esse aspecto, considerada a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) A condenação em crime infamante não afasta a possibilidade de inscrição no quadro de advogados da OAB, desde que seja obtida a aprovação em Exame de Ordem.
- B) Caso a condenação ocorra após a inscrição na OAB, o advogado deverá ser automaticamente suspenso pelo prazo mínimo de doze meses, perdurando a suspensão até a aprovação em novas provas de habilitação.
- C) A condenação em crime infamante não impede a inscrição na OAB, desde que o interessado apresente provas de bom comportamento dos últimos doze meses.
- D) A inscrição não será concedida, tendo em vista que não atende ao requisito de idoneidade moral aquele que tiver sido condenado por crime infamante, salvo reabilitação judicial.

Questão 3

José, advogado autônomo, atuante há muitos anos no Estado de São Paulo, devidamente inscrito na OAB/SP, tornou-se sócio de Joaquim, Manuel e Pedro em Sociedade de Advogados sediada no Estado do Rio de Janeiro. Considerando que José vai continuar atuando isoladamente em São Paulo, não pretendendo atuar de forma habitual no Estado do Rio de Janeiro, esta correto afirmar que:

- A) José deverá promover a sua inscrição suplementar no Conselho Seccional da OAB/RJ somente se passar a intervir judicialmente em mais de cinco causas.
- B) José devera requerer a transferência de sua inscrição para o Conselho Seccional do Estado do Rio de Janeiro.
- C) Além da sociedade, José ressonde subsidiária e limitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão no exercício da advocacia.
- D) José não pode integrar mais de uma sociedade de advogados, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

Questão 4

Nos termos do Estatuto da Advocacia e de seu Regulamento Geral, a respeito das eleições na OAB, revela-se correto afirmar que:

- A) O cargo de conselheiro ou de membro da diretoria de órgão da OAB é de exercício remunerado e obrigatório, considerado serviço público relevante para fins de aposentadoria.
- B) O voto é obrigatório para todos os advogados inscritos na OAB, sob pena de multa equivalente a 25% do valor da anuidade, salvo ausência justificada por escrito.
- C) O mandato em qualquer órgão da OAB é de quatro anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- D) O candidato, dentre outros requisitos, deve comprovar situação regular junto a OAB, não ocupar cargo exonerável *ad nutum* e exercer efetivamente a profissão há mais de cinco anos.

Questão 5

Nos termos do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, quanto ao Conselho Federal, revela-se correto afirmar que.

- A) Trata-se do órgão supremo da OAB, com sede na capital da República, composto por um presidente, pelos conselheiros federais integrantes das delegações e de seus ex-presidentes, todos com direito a voto nas sessões do Conselho.
- B) O Órgão Especial do Conselho Pleno constitui um de seus órgãos de atuação, composto por um conselheiro federal integrante de cada delegação e pelos ex-presidentes, sendo presidido pelo vice-presidente e secretariado pelo secretário-geral adjunto.
- C) O presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros e os agraciados com a “Medalha Rui Barbosa” podem participar das sessões do Conselho Pleno, com direito a voto.
- D) Compete ao Presidente do Conselho Federal presidir a Primeira Câmara, executar suas decisões e representar a OAB e os advogados brasileiros, no país e no exterior.

Questão 6

Nos termos das normas do Código de Ética e Disciplina, quanto à publicidade do advogado, é correto afirmar:

- A) O advogado pode anunciar os seus serviços profissionais com discríção, não sendo permitida a sua participação em programa de televisão ou de rádio.
- B) Considera-se moderado o anúncio profissional do advogado mediante remessa de correspondência a uma coletividade, desde que mencione o nome completo do advogado e o número da inscrição na OAB.
- C) Correspondências e publicações, versando sobre composição e qualificação de componentes do escritório e especificação de especialidades profissionais, podem ser fornecidos a clientes ou pessoas que solicitem ou os autorizem previamente.
- D) Desde que seja observada a discríção e a moderação, é permitida a indicação expressa do nome do advogado e do escritório em partes externas de veículo.

Questão 7

O advogado "X", diante de fatos notórios e incontroversos decorrentes de sua condenação criminal, passou a responder processo perante a OAB, vindo a ser condenado disciplinarmente. A respeito de tal infração disciplinar, qual a sanção prevista no Estatuto da Advocacia e da OAB.

- A) Suspensão pelo prazo de 30 dias a 12 meses, perdurando a suspensão até que o advogado preste novas provas de habilitação.
- B) Exclusão mediante a manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- C) Suspensão pelo prazo de 30 dias a 12 meses e multa de até 10 anuidades, considerada a circunstância agravante prevista na infração.
- D) Censura que, se o advogado demonstrar a ausência de punição disciplinar anterior, poderá ser convertida em advertência sem registro em seus assentamentos.

Questão 8

Considerando que o exercício da atividade de advocacia no território brasileiro e a denominação de advogado são privativos dos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a alternativa incorreta.

- A) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo que, no seu ministério privado, presta serviço público e exerce função social.
- B) São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, assim como os atos praticados por advogado licenciado.
- C) O advogado, em caso de urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo de dez dias, prorrogável por igual período.
- D) É vedada a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade.

Questão 9

A atividade de advocacia é exercida com observância da Lei nº 8.906/94, do Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia, do Código de Ética e Disciplina e dos Provimentos. Sob esse aspecto, os casos omissos no Estatuto da Advocacia são resolvidos:

- A) Pelo Poder Legislativo
- B) Pelo Conselho Federal
- C) Pelo Instituto dos Advogados Brasileiros
- D) Pela Conferência Nacional dos Advogados

Questão 10

Oswaldo é contratado por Paulo para propor ação de despejo por falta de pagamento em face de Luis. No decorrer da ação Oswaldo substabelece, com reserva de poderes, a procuração que lhe foi outorgada para Mévio. Considerada a situação hipotética, assinale a alternativa incorreta.

- A) Mévio não pode cobrar os honorários sem a intervenção de Oswaldo.
- B) O substabelecimento do mandato sem reserva de poderes exige o prévio e inequívoco conhecimento do cliente.
- C) O substabelecimento do mandato, com reserva de poderes, é ato pessoal do advogado da causa.
- D) O substabelecimento do mandato implica omissão do motivo e a continuidade da responsabilidade profissional do advogado, durante os dez dias seguintes à notificação ao cliente.

Questão 11

Considerando que o Advogado "W" foi condenado disciplinarmente por fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para inscrição na OAB, a sanção a ser aplicada será:

- A) Exclusão mediante manifestação favorável de dois terços dos membros do Conselho Seccional competente.
- B) Suspensão e multa, variável entre o mínimo correspondente ao valor de uma anuidade e o máximo de seu décuplo.
- C) Suspensão até que preste e seja aprovado em novas provas de habilitação.
- D) Exclusão, caso se trate de reincidência em infração.

Questão 12

Considerando que a incompatibilidade determina a proibição total, e o impedimento, a proibição parcial do exercício da advocacia, assinale a alternativa incorreta:

- A) Chefe do Poder Executivo e Membros do Poder Legislativo exercem atividades incompatíveis com a advocacia.
- B) Servidores da administração direta são impedidos de exercer a advocacia.
- C) Os Membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, são impedidos de exercer a advocacia contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público.
- D) A advocacia é incompatível para os ocupantes de cargos ou funções vinculados a atividade policial.

Questão 13

De acordo com a doutrina e o entendimento consolidado do STF, qual, dentre os órgãos e entidades listados abaixo, é autor especial ou reservado para ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade?

- (A) Presidente da República.
- (B) Conselho Federal da OAB.
- (C) Entidade de Classe de âmbito nacional.
- (D) Procurador-Geral da República.

Questão 14

A Constituição de 1988 proíbe qualquer discriminação, por lei, entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos previstos pelo próprio texto constitucional. Nesse sentido, é incorreto afirmar que

- (A) Ministro da Defesa deve ser brasileiro nato.
- (B) Senadores Federais devem ser brasileiros natos.
- (C) O Presidente e Vice da República devem ser brasileiros natos.
- (D) Os Diplomatas devem ser brasileiros natos.

Questão 15

Sobre o tema medidas provisórias é incorreto afirmar:

- (A) Não Caberá à comissão mista de Deputados e Senadores examinar as medidas provisórias e sobre elas emitir parecer, antes de serem apreciadas, em sessão separada, pelo plenário de cada uma das Casas do Congresso Nacional.
- (B) Não podem tratar de direito penal e processo penal.
- (C) Podem tratar de crédito extraordinário como no caso de guerra.
- (D) Não podem tratar de matérias de Lei Complementar.

Questão 16

O direito de greve dos servidores públicos estatutários foi regulamentada por lei federal específica de iniciativa de deputado federal e aprovada pelo Congresso Nacional. A Presidente da República sanciona a lei, que é publicada dias depois. Sobre tal caso concreto apresentado, assinale a afirmativa correta.

- (A) Há vício de iniciativa, devendo a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos estatutários ser estabelecida em lei de iniciativa da Presidente da República.
- (B) Ainda que houvesse vício de iniciativa, a sanção da Presidente da República sana tal vício, uma vez que se considera que a autoridade originalmente atribuída do poder de iniciativa ratificou as disposições da lei.
- (C) Não há vício de iniciativa, pois as matérias com reserva de iniciativa são somente aquelas que devem ser tratadas por meio de lei complementar ou ordinária, pela exigência de quorum qualificado, podendo ser encaminhadas pelo Poder Executivo, Judiciário ou pelo Legislativo.
- (D) Somente existe vício de iniciativa se não tiver havido tempo razoável para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei. Diante da inércia da Presidente da República por diversos anos, pode o Congresso Nacional suprir a mora, elaborando o projeto.

Questão 17

Com relação ao federalismo brasileiro e ao previsto na Constituição Federal, pode-se afirmar

- (A) Para a criação de novos municípios será necessária apenas um plebiscito e Lei votada pela Assembleia Estadual.
- (B) Podem ser criados novos Tribunais de Contas municipais para a fiscalização das contas do município.
- (C) Não pode existir eleição indireta para a eleição de prefeitos.
- (D) Um projeto de lei de iniciativa popular, baseado em interesse local, depende de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado.

Questão 18

Sobre o tema direitos políticos e representatividade eletiva previstos na Constituição Federal de 1988 pode-se afirmar que a perda do mandato de Deputado Federal que tiver suspensos os direitos políticos é

- (A) declarada pelo Presidente do Senado Federal, pois preside o Congresso Nacional.
- (B) é declarada pelo Presidente da Câmara dos Deputados.
- (C) é declarada pela Mesa da Câmara dos Deputados.
- (D) é declarada pelo Supremo Tribunal Federal que é guardião da Constituição Federal.

Questão 19

Caso o Presidente da República descumpra decisão do STF que determine a intervenção federal em Estado-membro haverá

- (A) crime comum passível de julgamento pelo plenário do STJ.
- (B) crime comum passível de julgamento pelo plenário do TSE.
- (C) crime de responsabilidade que pode culminar em processo de impedimento julgado pelo STF.
- (D) crime de responsabilidade que pode culminar em processo de impedimento julgado pelo Senado Federal.

Questão 20

A Presidente da República editou medida provisória estabelecendo aumento de tributos federais e encaminhou ao Senado Federal para a conversão em lei ordinária. Após os debates, o projeto foi aprovado pelo plenário do Senado Federal e, em seguida, encaminhado para a Câmara dos Deputados que, em apenas um turno de discussão e votação, o aprovou e o enviou a Presidente da República, que o sancionou. Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- (A) A lei é inconstitucional, pois a iniciativa de aumentos de tributos federais é da Câmara dos Deputados.
- (B) A discussão e a votação da medida provisória deveria ter se iniciado na Câmara dos Deputados, havendo, por isso, vício no processo legislativo.
- (C) A ocorrência de dois turnos de discussão e votação da medida provisória, não ocorreu no caso narrado, portanto é inconstitucional.
- (D) A lei é constitucional, pois o processo legislativo foi adequado aos ditames constitucionais.

Questão 21

Ao se internar em hospital público estadual, Manuel preenche declaração alegando não ser alérgico a nenhum medicamento. Posteriormente vem falecer pela ingestão de medicamento em relação ao qual era alérgico. Neste caso, o Estado.

- (A) Responde, de forma objetiva;
- (B) Não responde, pela variante do risco integral;
- (C) Responde, de forma subjetiva;
- (D) Não responde, pela variante do risco administrativo;

Questão 22

Por ter construído um comércio em sua propriedade urbana, desrespeitando o zoneamento previsto para a região, Tício:

- (A) Não terá direito a nenhuma indenização por ter praticado ato ilícito;
- (B) Será indenizado, de forma justa, previa e em dinheiro;
- (C) Será indenizado em dinheiro, mas não de forma justa, por ter praticado ato inconstitucional;
- (D) Será indenizado em títulos da dívida pública resgatáveis em até 10 anos;

Questão 23

Em relação às figuras que integram a estrutura da Administração aponte a alternativa incorreta:

- (A) Por serem dotados de personalidade jurídica, os órgãos não respondem pelos danos causados a terceiros;
- (B) As agências reguladoras, são pessoas jurídicas de direito público;
- (C) A criação de empresas públicas depende, além de aprovação de lei, também da aprovação e registro de seus estatutos sociais;
- (D) As Sociedades de Economia Mista, criadas para explorar atividades econômicas, não podem ter privilégios que não se estendam para a iniciativa privada;

Questão 24

Entre as sanções incidentes sobre os condenados pela prática de atos de improbidade administrativa, aponte aquela que não depende do trânsito em julgado da sentença.

- (A) Perda da função;
- (B) Suspensão de direitos políticos;
- (C) Indisponibilidade de bens;
- (D) Ressarcimento de danos ao erário;

Questão 25

Sobre as Parcerias Público Privadas, aponte a alternativa correta.

- (A) São utilizadas para a execução de obras públicas, independente do valor;
- (B) Tem prazo máximo de vigência de 5 anos ;
- (C) Sua celebração pressupõe a abertura de licitação, somente na modalidade de concorrência;
- (D) Tem natureza jurídica de permissão;

Questão 26

Assinale a alternativa que não indica situação extintiva do crédito.

- (A) Transação.
- (B) Parcelamento.
- (C) Remissão.
- (D) Compensação.

Questão 27

A vedação a que os entes tributantes instituíam impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, consiste em

- (A) anistia.
- (B) remissão.
- (C) isenção.
- (D) imunidade.

Questão 28

Cabe a lei complementar:

- (A) tratar sobre normas gerais em matéria de legislação tributária.
- (B) instituir o imposto extraordinário de guerra.
- (C) dar tratamento favorecido e diferenciado para as sociedades simples devidamente inscritas no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- (D) dispor sobre a competência tributária

Questão 29

Assinale a alternativa incorreta

- (A) Para o ICMS, caberá a lei complementar dispor sobre substituição tributária
- (B) O IPVA terá as suas alíquotas mínimas fixadas por Resolução do Senado Federal, podendo ter as suas alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo automotor
- (C) O ITBI incidirá sobre a transmissão de bens imóveis e direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, salvo quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil
- (D) A lei complementar deverá fixar as alíquotas máximas e mínimas do ISS, bem como regular a forma e as condições da isenção e demais benefícios fiscais

Questão 30

O prazo para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos e tem início:

- (A) da constituição definitiva do crédito.
- (B) do fato gerador da obrigação tributária.
- (C) da inscrição do crédito como dívida ativa.
- (D) do começo do procedimento administrativo do lançamento

Questão 31

A respeito do cheque é correto afirmar:

- (A) O cheque transmitido com a menção “não à ordem”, significa que vai circular por meio do endosso.
- (B) É permitido o aval parcial
- (C) Precisa ser protestado para que o avalista do emitente seja acionado
- (D) O endosso posterior ao protesto, ou declaração equivalente, ou à expiração do prazo de apresentação produz os mesmos efeitos.

Questão 32

De acordo com o art. 974 do CC, poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança. Nos casos deste artigo, precederá autorização judicial, após exame das circunstâncias e dos riscos da empresa, bem como da conveniência em continuá-la, podendo a autorização ser revogada pelo juiz, ouvidos os pais, tutores ou representantes legais do menor ou do interdito, sem prejuízo dos direitos adquiridos por terceiros. A partir dessa afirmação, assinale a alternativa correta:

- (A) O incapaz pode ser sócio de uma sociedade comum se autorizado judicialmente
- (B) O incapaz pode ser sócio de uma sociedade em nome coletivo desde que seja representado ou assistido.
- (C) O incapaz pode ser sócio de uma sociedade limitada, se todo o capital for integralizado, se não for administrador da sociedade e mediante representação ou assistência.
- (D) O incapaz pode ser sócio de uma sociedade limitada, se todo o capital for integralizado, se não for administrador da sociedade, mediante representação ou assistência desde que autorizado judicialmente.

Questão 33

A assembléia-geral da SA convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Assinale a alternativa que indica um assunto que não é privativo da Assembléia-Geral:

- (A) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia.
- (B) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas.
- (C) deliberar sobre a aquisição de uma empresa.
- (D) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia.

Questão 34

Na falência é correto afirmar:

- (A) As habilitações de crédito retardatárias, se apresentadas antes da homologação do quadro-geral de credores, serão recebidas como ação autônoma.
- (B) O proprietário de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.
- (C) Da decisão que decreta a falência cabe apelação.
- (D) É ineficaz perante a massa falida, o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato.

Questão 35

A respeito das sociedades limitadas é correto afirmar:

- (A) A sociedade limitada rege-se, nas omissões das regras específicas, pelas normas da sociedade simples.
- (B) Na sociedade limitada composta por 6 sócios, as decisões devem ser tomadas necessariamente por meio de assembleia.
- (C) Na sociedade limitada os sócios são solidariamente responsáveis pela exata estimação de bens conferidos ao capital social, até o prazo de dois anos da data do registro da sociedade.
- (D) Na sociedade limitada, o sócio remisso pode ser excluído do quadro societário, sem a necessidade de notificação prévia.

Questão 36

Alberto, viúvo, falece em acidente aéreo, deixando patrimônio a inventariar. Sabe-se que o *de cuius* teve três filhos: Ronaldo, José e Leonardo, este último pré-morto. Leonardo, por sua vez, teve três filhos: Diogo, Gilberto e Thiago, netos, portanto, de Alberto. Neste caso, a herança de Alberto será dividida:

- (A) em duas partes iguais, apenas para os filhos Ronaldo e José, pois os descendentes mais próximos excluem os mais remotos.
- (B) em três partes iguais, cabendo somente aos netos a herança, os quais herdaram por cabeça.
- (C) em cinco partes iguais, pois todos herdaram por cabeça.
- (D) em três partes iguais; as duas primeiras cabem a Ronaldo e José, que herdaram por cabeça, e a terceira parte será dividida entre os três netos, que herdaram por representação.

Questão 37

Pedro ameaçou revelar fatos desabonadores a respeito da mãe de João, se este não assinar um determinado contrato de compra e venda. João, temendo que a mãe pudesse ser prejudicada, assinou, contra a sua vontade, o contrato. Considerando a hipótese narrada, sobre a coação que vicia o ato jurídico, é correto afirmar que:

- (A) decorre sempre de uma ação física, não havendo previsão de coação moral.
- (B) resulta em nulidade do ato.
- (C) a coação, para viciar a declaração da vontade, deve incidir somente sobre o sujeito que pratica o ato, mas nunca sobre seu familiar.
- (D) não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.

Questão 38

Sobre a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa incorreta:

- (A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país noventa dias depois de oficialmente publicada.
- (B) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo da *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.
- (C) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
- (D) não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Questão 39

A teor do artigo 1.280 do Código Civil, o proprietário ou o possuidor tem direito a exigir do dono do prédio vizinho, quando ameace ruína, que lhe preste caução pelo dano iminente. A doutrina classifica essa obrigação como:

- (A) (a) obrigação de meio.
- (B) (b) obrigação de resultado.
- (C) (c) obrigação *propter rem*.
- (D) (d) obrigação solidária.

Questão 40

Acerca do contrato de compra e venda, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A compra e venda pode ter por objeto coisa atual ou futura.
- (B) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.
- (C) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- (D) A transferência da propriedade de um bem imóvel ocorre no exato momento da assinatura do instrumento de compra e venda.

Questão 41

Acerca do direito a alimentos, assinale a alternativa correta:

- (A) o filho, na falta de ascendentes, pode cobrar alimentos diretamente dos tios.
- (B) a obrigação de prestar alimentos transmite-se aos herdeiros do devedor.
- (C) pode o credor renunciar ao direito a alimentos.
- (D) os alimentos serão sempre apenas os indispensáveis à subsistência.

Questão 42

Com o emprego de grave ameaça perpetrada por simulacro de arma de fogo, Rafael constrange um transeunte e subtrai para si os seus pertences. Nesse contexto, segundo entendimento majoritário nos Tribunais Superiores, afirma-se que:

- (A) Rafael responde apenas pelo crime de roubo, com pena aumentada pelo emprego de arma.
- (B) Rafael responde apenas por roubo simples.
- (C) Rafael responde por furto em concurso material com porte ilegal de arma de fogo.
- (D) Rafael responde por furto em concurso material com o crime de ameaça.

Questão 43

Pablo, após ter ciência da gravidez de sua namorada Andressa, convence-a a abortar, orientando-a a procurar uma clínica clandestina. Durante o procedimento abortivo, praticado pelo médico Júlio, Andressa sofre grave lesão, decorrente da imperícia do profissional, perdendo, pois, sua capacidade reprodutiva. Nessa situação, considerando que a intervenção cirúrgica não era justificada pelo risco de morte para a gestante ou em virtude de estupro prévio, Andressa, Pablo e Júlio responderão, respectivamente, pelos crimes de: (A) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).

(B) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP). (C) consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); consentimento para o aborto (artigo 124, 2ª parte, CP); e aborto provocado por terceiro com consentimento especialmente agravado (artigo 126 c/c artigo 127, ambos do CP). (D) autoaborto (artigo 124, 1ª parte, CP); aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP); e aborto praticado por terceiro com consentimento, em concurso de crimes com o delito de lesão corporal qualificada (artigo 126 c/c artigo 129, § 2º, III, ambos do CP).

Questão 44

Marcos, quando ainda em vigor o inciso VII, do art. 107, do Código Penal, que contemplava como causa extintiva da punibilidade o casamento da ofendida com o agente, posteriormente revogado pela Lei n.º 11.106, publicada no dia 29 de março de 2005, estuprou Camila, com a qual veio a casar em 30 de setembro de 2005. O juiz, ao proferir a sentença, julgou extinta a punibilidade de Marcos, em razão do casamento com Camila, fundamentando tal decisão no dispositivo revogado (art. 107, VII, do Código Penal). Assinale, dentre os princípios adiante mencionados, em qual deles fundamentou-se tal decisão.

- (A) Princípio da isonomia.
- (B) Princípio da proporcionalidade.
- (C) Princípio da retroatividade da lei penal benéfica.
- (D) Princípio da ultratividade da lei penal benéfica.

Questão 45

Terêncio, desejando matar, disparou seu revólver contra Leonardo que, em razão do susto, desmaiou. Terêncio, acreditando piamente que Leonardo estava morto, colocou-o em uma cova rasa que já havia cavado, enterrando-o, vindo a vítima a efetivamente morrer, em face da asfixia. Assim, Terêncio praticou:

- (A) homicídio qualificado pela asfixia e homicídio culposo, bem como ocultação de cadáver.
- (B) homicídio qualificado pela asfixia e ocultação de cadáver.
- (C) homicídio simples e ocultação de cadáver.
- (D) homicídio simples.

Questão 46

Assinale a alternativa correta:

- (A) a pena de detenção não pode ser cumprida em regime inicialmente fechado.
- (B) o condenado, não reincidente, a pena superior a oito anos de reclusão pode começar a cumpri-la em regime semi-aberto.
- (C) na hipótese de concurso formal imperfeito, aplica-se ao agente a pena mais grave das cabíveis ou, se iguais, só uma delas, aumentada de 1/6 até 1/2.
- (D) é facultado ao juiz substituir a pena privativa de liberdade não superior a quatro anos, imposta ao réu reincidente pela prática do mesmo crime ou de diversa espécie, se constituir medida socialmente recomendável

Questão 47

A Convenção Interamericana de Direitos Humanos pertence ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. Também é conhecida por Pacto de San José da Costa Rica. É correto afirmar

- (A) Estão previstos a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que é um órgão Jurisdicional do Sistema da OEA, bem como a Corte interamericana de Direitos Humanos que é um órgão político de tal sistema emitindo sentenças inapeláveis.
- (B) Admite-se a prisão civil por dívida do devedor de alimentos e não se pode aplicar pena de morte aos delitos políticos, exceto se forem conexos a delitos comuns sujeitos a tal pena.
- (C) Estão previstos a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que é um órgão político do Sistema da OEA, bem como a Corte interamericana de Direitos Humanos que é um órgão jurisdicional de tal sistema emitindo sentenças inapeláveis.
- (D) não se admite que qualquer pessoa peticione para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Questão 48

No âmbito dos direitos humanos, a respeito do Incidente de Deslocamento de Competência, também chamado de “federalização” de inquéritos ou processos quando existe crimes graves contra os direitos humanos e que foi instituída pela Emenda Constitucional 45/2004, assinale a alternativa correta.

- (A) Para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos de que o Brasil seja parte, o Procurador Geral da República pode suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, nas hipóteses de graves violações aos direitos humanos.
- (B) O incidente de deslocamento de competência, garante apenas o cumprimento de obrigações do Estado brasileiro em relação aos tratados interamericanos de direitos humanos.
- (C) Pelo incidente de deslocamento de competência, a Justiça Federal só julgaria os casos relativos aos direitos humanos após o Brasil ser responsabilizado pelo sistema da OEA.
- (D) O incidente de deslocamento de competência deve ser proposto pelo promotor de justiça que conduz a investigação do inquérito ou processo judicial se houver lesão aos direitos humanos.

Questão 49

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Sobre esse tema, bem como sobre as formas de colocação em família substituta, assinale a alternativa correta:

(A) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

(B) Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, não podendo ser assegurado direito a férias anuais remuneradas, por se tratar de atividade essencial de interesse público.

(C) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, apagando, inclusive, os impedimentos matrimoniais.

(D) A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso. Em caso de adoção por pessoa ou casal residente ou domiciliado fora do País, o estágio de convivência, cumprido no território nacional, será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias

Questão 50

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), prevê várias medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente infrator. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

(A) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais. Suas tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

(B) O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, não sendo possível a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

(C) a media de internação só poderá ser aplicada quanto tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; reiteração de atos infracionais graves; por descumprimento reiterado e injustificável de medida anteriormente imposta ou pela prática de atos equiparados a hediondos.

(D) a internação não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses. Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos. A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.

Questão 51

Várias leis foram editadas, ultimamente, no campo do Direito Ambiental. A respeito dos referidos diplomas, assinale a alternativa incorreta:

(A) são objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) o estímulo à rotulagem ambiental (certificação de produtos que apresentam menor impacto ao meio ambiente em relação a outros produtos comparáveis disponíveis no mercado) e ao consumo sustentável.

(B) compete aos Municípios, segundo a Lei da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (Lei 12.608/12), prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres naturais e promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres.

(C) a Lei Complementar 140/11, que trouxe normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no tocante às ações administrativas, prevê que os Municípios farão os licenciamentos ambientais das atividades ou empreendimentos que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local.

(D) a Lei Complementar 140/11 dispõe que essa tipologia (impacto ambiental de âmbito local) será definida pelo IBAMA, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade.

Questão 52

Assinale a alternativa correta:

(A) compete aos Municípios promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano, razão pela qual compete, com exclusividade, legislar sobre direito urbanístico.

(B) a área de uma unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral é considerada zona rural, para os efeitos legais.

(C) as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão realocadas pelo Poder Público sem direito a qualquer indenização ou compensação pelas benfeitorias existentes;

(D) direito de preempção é o instituto que permite ao Poder Público Municipal, por meio de lei municipal baseada no plano diretor, autorizar o proprietário de um imóvel urbano a exercer em outro local o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente.

Questão 53

Assinale a alternativa correta sobre recursos no processo penal.

(A) a correição parcial não encontra previsão no CPP

(B) da rejeição da denúncia caberá apelação, em regra.

(C) caberá Recurso Ordinário Constitucional da decisão que julgar o crime político

(D) caberá Recurso da decisão do Tribunal que julgar o HC

Questão 54

A Constituição Federal traça o sistema de garantias processuais penais e de investigação criminal. Dá o norte dos limites dos poderes do Estado quando do exercício da função persecutória. Nesse sentido, assinale a afirmativa incorreta, em relação ao inquérito policial:

- (A) a reprodução simulada dos fatos é possível segundo o CPP e o acusado não é obrigado a cooperar tendo em vista que o princípio da proibição de produção de prova contra si mesmo, expressamente previsto na CF, veda colaborações ativas forçadas.
- (B) pode ser oferecida a denúncia sem que haja necessidade de inquérito policial.
- (C) nos crimes de ação penal privada não poderá ser instaurado inquérito policial sem a concordância do ofendido ou do seu representante legal.
- (D) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, consolidado em Súmula Vinculante, só é lícito o uso de algemas em caso de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade por escrito, sob pena de responsabilidade disciplinar civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

Questão 55

Acerca da competência por prerrogativa de função e o concurso de agentes é correto dizer que o STF entende que:

- (A) sempre haverá separação de processos.
- (B) em regra haverá julgamento conjunto das pessoas acusadas pela infração.
- (C) nunca haverá julgamento conjunto.
- (D) o STF não possui entendimento firmado sobre o assunto, estando a questão para ser decidida na ação penal 470-MG ainda em julgamento.

Questão 56

Peter B está foi preso em flagrante acusado de homicídio. Nesta situação o juiz deve:

- (A) relaxar a prisão em flagrante caso entenda que ela foi legal.
- (B) analisar se o flagrante é legal ou não e, caso seja, deverá decidir se impõe medidas cautelares a Peter segundo o critério da proporcionalidade, entre outros.
- (C) decretar a prisão preventiva caso se trate de homicídio qualificado.
- (D) conceder a liberdade provisória em qualquer caso.

Questão 57

Assinale a alternativa incorreta sobre o Tribunal do Júri.

- (A) o procedimento do júri é composto de duas fases para o julgamento dos crimes dolosos contra vida consumado, mas não para os tentados.
- (B) o desaforamento somente será cabível na segunda fase do júri.
- (C) em Plenário as recusas aos jurados se iniciarão pela defesa
- (D) o juiz poderá conceder apartes pelo prazo máximo de 3 minutos.

Questão 58

Sobre competência é correto dizer que

- (A) o CPP cuida da competência da justiça federal, entre outras.
- (B) a conexão e a continência, segundo o CPP, são causas de modificação da competência.
- (C) o foro supletivo será o foro de domicílio da vítima.
- (D) no caso de crime de estelionato mediante emissão de cheque sem fundo o foro competente é o do local de recusa do cheque.

Questão 59

Leandro, jovem empregado da empresa "CLT", visando exercer seu direito de votar nas próximas eleições, pretende se alistar eleitor. Neste caso, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê como sendo hipótese de

- (A) Suspensão do contrato de trabalho a falta injustificada por até 3 dias consecutivos, para fins de alistamento eleitoral.
- (B) Interrupção do contrato de trabalho a falta injustificada por até 2 dias, consecutivos ou não, para fins de alistamento eleitoral.
- (C) Interrupção do contrato de trabalho a falta injustificada por até 2 dias consecutivos para fins de alistamento eleitoral.
- (D) Interrupção do contrato de trabalho a falta injustificada por até 3 dias, consecutivos ou não, para fins de alistamento eleitoral.

Questão 60

Considere as assertivas seguintes sobre o contrato individual de trabalho:

- I. O contrato individual de trabalho somente poderá ser acordado de forma expressa e por escrito.
- II. A lei prevê como regra a indeterminação do prazo e como exceção a prefixação de prazo para os contratos individuais de trabalho.
- III. O contrato por prazo determinado de experiência não poderá ser feito por prazo superior a 90 dias.
- IV. O contrato de trabalho por prazo determinado que for prorrogado mais de uma vez passará a vigorar sem determinação de prazo.
- V. Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 6 meses, a outro contrato por prazo determinado, em qualquer situação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, IV e V.

Questão 61

São direitos constitucionais dos trabalhadores previstos no artigo 7º da Constituição Cidadã de 1988:

- (A) Licença à gestante, adicional de insalubridade, contraditório e ampla defesa.
- (B) Licença-paternidade, garantia ao direito adquirido e irredutibilidade salarial.
- (C) Participação nos lucros e resultados, salário família e direito de petição aos órgãos públicos.
- (D) Seguro-desemprego, proteção em face da automação e proteção do mercado de trabalho da mulher.

Questão 62

Em relação às garantias provisórias de emprego e ao aviso prévio, nos termos do ordenamento justabalhista vigente e dos entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) É assegurada a estabilidade provisória ao empregado dirigente sindical, ainda que a comunicação do registro da candidatura ou da eleição e da posse seja realizada fora do prazo previsto no art. 543, § 5º, da CLT, desde que a ciência ao empregador, por qualquer meio, ocorra na vigência do contrato de trabalho.
- (B) Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical, até 2 anos após o final do seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.
- (C) É válida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, por não haver incompatibilidade entre os dois institutos.
- (D) O registro da candidatura do empregado a cargo de dirigente sindical durante o período de aviso prévio, ainda que indenizado, lhe assegura a estabilidade, prevista no § 3º do art. 543 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Questão 63

Por meio de acordo escrito e individual de compensação de horas, Maurício foi contratado para trabalhar das 8 às 18 horas, de segunda a quinta-feira, com 1 (uma) hora de intervalo; e das 8 às 17 horas, com 1 (uma) hora de intervalo, às sextas-feiras, para compensar a ausência de trabalho aos sábados. Ocorre que, durante todo o período em que perdurou o contrato de trabalho, Maurício também trabalhou 8 (oito) horas aos sábados. Segundo entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho, o acordo de compensação firmado é

- (A) Nulo, em razão da necessidade de ser ajustado por meio de acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.
- (B) Nulo e Maurício tem direito ao recebimento de 12 (doze) horas extras de segunda a sábado, além do adicional de 50% (cinquenta por cento).
- (C) Nulo, mas não é nula a fixação da jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sendo devidas as horas extras a partir da 8ª (oitava) diária, de segunda a quinta-feira e as excedentes de 4 (quatro) horas aos sábados, num total de 8 (oito) horas extras, além do adicional de 50% (cinquenta por cento).
- (D) Nulo, mas consideram-se remuneradas as 9 (nove) horas de trabalho, de segunda a quinta-feira, por conta do salário ajustado para 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Neste caso, será devido somente o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre as horas que ultrapassaram o limite diário de 8 (oito) horas, além das horas de sábado, acrescidas do adicional de 50% (cinquenta por cento) a título de horas extras, totalizando 14 (quatorze) horas semanais.

Questão 64

Durante três anos, Arnaldo foi empregado da empresa Sússekind Manutenção Industrial, que faz parte do grupo econômico Sússekind, constituído por quatro empresas. Em razão de problemas financeiros, Arnaldo foi dispensado sem justa causa. Não houve pagamento de verbas rescisórias. Nesta situação, caberia algum tipo de responsabilidade para as demais empresas do grupo Sússekind?

- (A) Depende da existência de contrato firmado entre as empresas do grupo prevendo a responsabilidade solidária, visto que Thor não prestou serviços para todas as empresas do grupo.
- (B) Sim, sendo qualquer uma das empresas do grupo responsável subsidiária pelas dívidas trabalhistas da outra empresa.
- (C) Não, porque cada empresa do grupo possui personalidade jurídica própria e responde apenas por dívidas com seus próprios empregados.
- (D) Sim, porque havendo a constituição de grupo econômico serão, para efeitos da relação de emprego, solidariamente responsáveis as empresas do grupo.

Questão 65

Considere os seguintes Tribunais:

- I. Tribunal Superior do Trabalho.
- II. Supremo Tribunal Federal.
- III. Superior Tribunal de Justiça.
- IV. Tribunal Regional do Trabalho.

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, caberá Embargos no Tribunal Superior do Trabalho das decisões das Turmas que divergirem entre si, ou das decisões proferidas pela Seção de Dissídios Individuais, salvo se a decisão recorrida estiver em consonância com Súmula ou Orientação Jurisprudencial dos Tribunais indicados apenas em

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.

66

Na seara dos Procedimentos Especiais admitidos na Justiça do Trabalho, à luz do ordenamento jurídico vigente e dos entendimentos consolidados do TST, é correto afirmar:

- (A) Se tiver havido prévio reconhecimento da estabilidade do empregado, o julgamento do inquérito para apuração de falta grave pela Vara não prejudicará a execução para pagamento dos salários devidos ao empregado, até a data da instauração do mesmo inquérito.
- (B) Para a instauração do inquérito para apuração de falta grave contra empregado garantido com estabilidade, o empregador apresentará reclamação por escrito à Vara, dentro de 60 dias, contados da data da suspensão do empregado.
- (C) A ação rescisória calcada em violação de lei admite reexame de fatos e provas do processo que originou a decisão rescindenda.
- (D) Há previsão legal para a legitimidade excepcional do Ministério Público de propor a ação rescisória, apenas quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

Questão 67

Sobre o tema Prova Pericial no Processo do Trabalho, nos termos do regramento processual vigente e dos entendimentos consolidados do TST, assinale a alternativa correta:

- (A) A exigência de depósito prévio para custeio dos honorários periciais é compatível com o processo do trabalho.
- (B) A responsabilidade pelo pagamento dos honorários periciais é da parte sucumbente no processo.
- (C) Os benefícios da justiça gratuita não abrangem os honorários periciais.
- (D) A indicação do perito assistente é faculdade da parte, a qual deve responder pelos respectivos honorários, ainda que vencedora no objeto da perícia.

Questão 68

Sobre o Sistema Recursal Trabalhista, conforme previsão contida na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:

- (A) Cabe recurso ordinário, no prazo de 8 dias, das decisões definitivas ou terminativas das Varas; sendo que em relação aos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, somente cabe o recurso das decisões definitivas em dissídios individuais, e das decisões definitivas ou terminativas em dissídios coletivos.
- (B) No Tribunal Superior do Trabalho cabem embargos, no prazo de 8 dias, de decisão unânime de julgamento que estender ou rever as sentenças normativas do Tribunal Superior do Trabalho, nos casos previstos em lei.
- (C) Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal.
- (D) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei municipal, estadual e federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

Questão 69

Assinale a alternativa correta, com espeque nos entendimentos consolidados do TST:

- (A) Na execução, mesmo que definitiva, o executado tem direito líquido e certo de que os valores penhorados em dinheiro fiquem depositados no próprio banco.
- (B) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro que versem unicamente sobre vícios ou irregularidades da penhora, avaliação ou alienação de bens serão julgados pelo juízo deprecante.
- (C) A penhora em dinheiro na execução provisória não fere direito líquido e certo do executado, que não poderá impetrar mandado de segurança.
- (D) É admissível a penhora sobre a renda mensal ou faturamento da empresa, limitada a determinado percentual, desde que não comprometa o desenvolvimento regular de suas atividades.

Questão 70

Consoante ordenamento jurídico vigente, em relação à Organização e Competência da Justiça do Trabalho no Brasil, é correto afirmar:

- (A) Em se tratando de empregador que promova realização de atividades fora do lugar do contrato de trabalho é assegurado ao empregado apresentar reclamação no foro da celebração do contrato ou na Vara do seu domicílio ou na localidade mais próxima.
- (B) O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pelo Congresso Nacional.
- (C) As ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não são da competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal, por se tratar de modalidade tributária.
- (D) A competência das Varas do Trabalho é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutro local ou no estrangeiro.

Questão 71

Ao atuar em juízo o advogado deve atuar com destemor, A Corte Penal Internacional, com sede na Haia e criada em 1998 pelo Estatuto de Roma, recebeu competência material para o julgamento dos crimes de repercussão internacional. Assim, em relação à competência do Tribunal é correto afirmar que:

- (A) O Tribunal apenas tem competência para julgar os crimes ocorridos em território de estados signatários do Estatuto de Roma.
- (B) O Tribunal tem competência para julgar pessoas pela prática de crimes, podendo, excepcionalmente, julgar Estados ou outras pessoas jurídicas quando houver requisição do Secretário Geral da ONU.
- (C) O Tribunal Penal Internacional é Organização vinculada à Organização das Nações Unidas, sem independência e dotado de caráter temporário.
- (D) O Tribunal Penal Internacional possui competência para julgamento, como regra, dos crimes praticados após a entrada em vigor do Estatuto de Roma.

Questão 72

Os tratados internacionais são considerados fontes primárias do Direito Internacional Público. Acerca dos tratados internacionais, é correto afirmar:

- (A) Um Estado poderá, ao assinar, ratificar, aceitar ou aprovar um tratado, ou a ele aderir, formular reservas, salvo se o próprio tratado proibir ou impor restrições a essas manifestações unilaterais, ou ainda se houve incompatibilidade com o objeto ou a finalidade do tratado.
- (B) Os tratados entram em vigor no prazo de um ano a manifestação de ratificação dos Estados negociadores.
- (C) A emenda de um tratado é possível desde que o membro proponente apresente o texto ao depositário do tratado, vinculando a alteração inclusive aos Estados que não aderiram formalmente à emenda, desde que seja aprovada pela maioria dos membros originários.
- (D) Apenas os chefes de Estado ou de Governo é que possuem capacidade para a assinatura dos tratados.

Questão 73

Em processo que tramitou pelo rito ordinário, o magistrado prolatou sentença condenatória para que o réu seja obrigado ao pagamento do valor de R\$ 1.000.000,00. Inconformado, o réu interpôs recurso de apelação e, posteriormente, impugnou o acórdão por meio de recurso extraordinário. Por sua vez, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado de origem, não admitiu a subida dos autos ao Supremo Tribunal Federal, sendo interposto pela parte ré recurso de agravo contra a decisão denegatória do apelo extraordinário. Diante da situação concreta:

- (A) O recurso pendente de julgamento não suspende a exigibilidade do título, podendo o credor requerer o cumprimento da sentença contra o réu, que se dará em caráter de execução definitiva.
- (B) Apenas com o trânsito em julgado é que o credor poderá iniciar o cumprimento da sentença em face do réu.
- (C) O recurso pendente de julgamento não suspende a exigibilidade do título, podendo o credor requerer o cumprimento da sentença contra o réu, que se dará em caráter de execução provisória, devendo ofertar caução para eventual indenização da parte contrária.
- (D) O recurso pendente de julgamento gera efeito suspensivo logo com a sua interposição e, conseqüentemente, não caberá a execução de sentença no caso concreto.

Questão 74

Marco Aurélio promoveu ação em face de Sempronio com a finalidade de obter a declaração de nulidade de determinado negócio jurídico celebrado entre as partes, em síntese, por entender que o objeto do contrato viola expressamente artigo do Código Civil. Na primeira instância, após regular encerramento da fase postulatória, o magistrado questionou as partes acerca do interesse na dilação probatória que, por sua vez, manifestaram desejo de que o feito fosse julgado antecipadamente.

Assim, dispensada a dilação probatória, o magistrado proferiu o julgamento do feito, entendendo ser o caso de extinção do processo, sem resolução de mérito, diante de suposta falta de legitimidade passiva. Inconformado, o autor interpôs recurso de apelação. Diante do caso concreto, é possível afirmar que:

- (A) caso o tribunal dê provimento à apelação, decretará a sentença sem efeito e poderá, desde logo, proferir julgamento de mérito da ação, uma vez que a matéria controvertida versa exclusivamente de direito e o processo está pronto para julgamento.
- (B) caso o tribunal acolha a apelação, reconhecerá a nulidade da sentença e, obrigatoriamente, determinará o retorno dos autos à primeira instância para que o juiz profira novo julgamento de mérito, sob pena de supressão de grau de jurisdição.
- (C) o tribunal dará provimento ao recurso de apelação, uma vez que o juiz não poderia ter realizado o julgamento antecipado da demanda, situação que somente poderia ocorrer na hipótese de decretação dos efeitos da revelia.
- (D) o tribunal não conhecerá do recurso de apelação, já que, por se tratar de alegação de violação a dispositivo do Código Civil, a matéria apenas poderá ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça quando da análise do julgamento de eventual recurso especial.

Questão 75

Tício e Caio, que mantêm vínculo de emprego com a empresa Y, envolveram-se em acidente de trânsito, no qual, o primeiro sofreu danos materiais em valor equivalente a R\$ 100.000,00, além da impossibilidade permanente da vítima de retornar às suas atividades profissionais. Em razão do fato, Tício promoveu demanda, pelo rito próprio, pleiteando a condenação da Empresa X ao pagamento de indenização no valor de R\$ 100.000,00, bem como o pagamento de uma pensão vitalícia no valor de R\$ 1.000,00. Nesse caso, em relação à petição inicial, será correto afirmar que:

- (A) Em razão do valor requerido pelo autor, a ação não poderá tramitar pelo rito sumário, já que o limite legal é de 60 salários mínimos vigentes na data da propositura da demanda.
- (B) O valor da causa será de R\$ 112.000,00, uma vez que, havendo cumulação de pedidos, o autor deverá levar em conta todas as pretensões formuladas na inicial, considerando o valor de 12 meses para o pedido de pensão vitalícia.
- (C) O valor da causa será apenas de R\$ 100.000,00, já que o valor da pensão é por tempo indeterminado.
- (D) Por se tratar de ato ilícito, o autor deveria ter formulado pedido genérico, situação em que o juiz deverá proferir sentença ilíquida e a apuração do valor será realizada por liquidação de sentença.

Questão 76

O Código de Processo Civil dispõe que as ações de conhecimento podem se desenvolver por três ritos distintos, quais sejam: ordinário, sumário e especiais. Em relação aos ritos especiais, é falso afirmar:

- (A) a ação monitória tem cabimento a quem pretender, como base em prova escrita e sem a eficácia de título executivo, o recebimento de quantia, entrega de coisa móvel fungível ou imóvel ou qualquer obrigação de fazer ou não fazer.
- (B) caso o autor promova uma ação possessória no lugar de outra, o juiz aplicará a fungibilidade, recebendo a ação errada como sendo a correta.
- (C) que, não sendo parte no processo, sofrer turbacão ou esbulho de seus bens, por ato de expropriação judicial, poderá requerer, por meio de embargos de terceiros, que lhes sejam mantidos ou restituídos os referidos bens.
- (D) a ação de nunciação de obra nova compete ao proprietário ou possuidor, com a finalidade de impedir edificação de obra em andamento em imóvel vizinho que lhe prejudique o prédio, suas servidões ou fins a que é destinado.

Questão 77

O processo é relação trilateral formada pela presença das partes e do Estado-Juiz. Assim, para que a relação se forme validamente, o réu deverá ser citado em conformidade com as regras do processo civil. Dessa forma, em relação à citação por meio eletrônico é possível afirmar:

- (A) Não é admitida pelo Código de Processo Civil vigente, tampouco foi regulamentada a matéria em legislação própria.
- (B) Ocorrerá somente quando as partes tiverem pactuado em contrato a utilização da forma como válida para a citação.
- (C) Representa modalidade válida de citação pessoal do réu.
- (D) É modalidade de citação ficta do réu, válida quando não ocorrer a impugnação no prazo da defesa.

Questão 78

Lucindo promoveu ação em face de Tibério com o objetivo de obter a condenação do réu ao pagamento de indenização por danos sofridos em razão do descumprimento de determinado contrato de prestação de serviços que envolvia, também, a participação de empresas internacionais. Nesse caso, diante da natureza do conflito, o advogado distribuiu a ação perante uma das Varas Cíveis da Justiça Federal de São Paulo, local onde o contrato deveria ter sido satisfeito. Devidamente citado, o réu Tibério poderá:

- (A) apresentar contestação, arguindo, preliminarmente, a incompetência absoluta da Justiça Federal, requerendo a extinção do processo sem a resolução de mérito.
- (B) arguir em exceção de incompetência o erro na escolha da Justiça Federal, pleiteando a remessa dos autos à Justiça Estadual do foro de domicílio do réu.
- (C) apresentar contestação arguindo preliminarmente a incompetência absoluta da Justiça Federal, requerendo a remessa dos autos ao Juízo Estadual competente.
- (D) arguir exceção de incompetência para que os autos sejam remetidos ao local de seu domicílio.

Questão 79

O site www.italianas.com, especialista em varejo pela internet, fez veicular publicidade ostensiva em mídias escrita e televisiva acerca de promoção de uma TV de LED com 60 polegadas, pelo preço de R\$ 1.500,00. A publicidade informava a proibição de venda de mais de um equipamento ao mesmo consumidor e exigia que o pagamento fosse realizado em moeda corrente nacional, proibindo a possibilidade de pagamento em cheque. De acordo com as regras protetivas do CDC, assinale a alternativa que se mostra incorreta.

- (A) Pode o fornecedor limitar a venda de um único equipamento por consumidor, visando atender a demanda do mercado e com objetivo de não permitir abusos por parte dos consumidores, especialmente quando a publicidade informar a limitação de forma os ostensiva.
- (B) Toda informação ou publicidade, suficientemente precisa, veiculada por qualquer forma ou meio de comunicação, com relação a produtos e serviços oferecidos ou apresentados, obriga o fornecedor que a fizer veicular ou dela se utilizar e integra o contrato que vier a ser celebrado.
- (C) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
- (D) Caso o site não cumpra a oferta, apresentação ou publicidade, o consumidor poderá, dentre outras alternativas, rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, podendo cumular com pedido de perdas e danos.

Questão 80

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa que não se encontra contemplada no rol de direitos dos consumidores:

- (A) informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem.
- (B) a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.
- (C) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- (D) a facilitação da defesa de seus direitos, com a inversão do ônus da prova no processo civil, exceto quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for o consumidor hipossuficiente.

Prof. Darlan Barroso

Direção Pedagógica OAB

darlan.barroso@damasio.com.br

no twitter *@darlanbarroso*

Prof. Marco Antonio Araujo Junior

Direção Pedagógica OAB

no twitter *@profmarcoant*

